

A INVASÃO AUSTRALIANO-HOLANDESA DE TIMOR (1941)

5.^a Parte

Enquanto Campbell permanece em Londres, prosseguem intensamente, no seio do *Foreign Office*, as discussões resultantes da posição dos Chefes de Estado-Maior, pois há quem concorde e quem discorde das conclusões aparentemente “definitivas” dos chefes militares. A 6 de Janeiro, é recebida em Londres a apreciação do Governo Australiano, fundada em parecer do Estado-Maior local, acerca da proposta portuguesa, que classifica de perigosa:

As forças actualmente disponíveis, tanto em Timor português como na parte holandesa, adicionadas dos 700 militares portugueses propostos, só têm capacidade para repelir “pequenas mordidelas” e não estão à altura de impedir qualquer tentativa séria dos japoneses de conquista da ilha, a menos que um volume de meios aéreos considerável acorra imediatamente em sua ajuda. No curto prazo, esses meios aéreos não parecem estar disponíveis.¹

Esta estimativa australiana – que os acontecimentos de Fevereiro irão demonstrar ser justíssima – é a confissão de que a violação da neutralidade portuguesa, com os riscos que colocara relativamente às relações anglo-lusas, não garantia nada em termos de manutenção da posse da ilha. Tratara-se, simplesmente, de uma acção precipitada, decidida num momento de grande desorientação e muito estimulada pelo vazio estratégico existente na colónia portuguesa.

A 8 de Janeiro, o governo de Camberra recebe um longo telegrama proveniente de Londres, no qual as autoridades australianas são postas ao corrente das diversas conversações em curso na capital do Império Britânico. Nele se afirma o interesse em alcançar uma solução para o problema de Timor que esteja a meio das duas atitudes extremas – a retirada, definitiva ou não, das tropas aliadas da parte oriental da ilha após a chegada dos reforços portugueses. Na parte mais essencialmente estratégica, o texto telegrafado sublinha:

Também estamos, em termos gerais, de acordo com os outros aspectos focados pelos Chefes de Estado-Maior australianos em relação à dimensão do ataque que os Japoneses considerariam possível ou necessário, no seu próprio interesse, desferir contra o Timor português. Se apenas tomar a forma de um relativamente pequeno raide, pensamos que a presença de 800 militares portugueses, juntamente com os que já lá se encontram, acrescidos de reforços aliados, pedidos ou enviados imediatamente assim que o ataque japonês tiver lugar, deve ser suficiente para impedir o sucesso japonês. Se, por outro lado, os Japoneses, provavelmente em detrimento das suas operações noutra área, optarem por um ataque em força, então, provavelmente, não seremos capazes de manter o território. **Em tal caso, teremos litigado com os Portugueses, perdido o território e, em suma, obtido o pior de dois mundos.** O Governo da Commonwealth pode ficar ciente de que, ainda que sensíveis à importância estratégica de Timor, como base a partir da qual se controla uma das mais importantes passagens da Barreira Malaia e como elo das comunicações aliadas, os Chefes de Estado-Maior do Reino Unido, a quem a questão foi apresentada, chegaram à conclusão de que a importância de manter tropas aliadas no Timor português não justificaria, do ponto de vista da guerra como um todo, o risco de uma ruptura das nossas relações com Portugal.²

¹ MOTTA, C. Teixeira da, *O caso de Timor na II Guerra Mundial*, p. 100.

² *Ibidem*, p. 101. Sublinhado nosso.

Trata-se, claramente, da assunção de uma decisão estratégica, na qual ficam patentes as prioridades que o poder político estabelece face aos diversos interesses em jogo. As autoridades australianas não têm dificuldade em perceber que é conveniente uma adaptação à conjuntura. Com bastante clarividência, percebem que, uma vez chegados à ilha os reforços portugueses, poderiam deslocar as tropas aliadas para a metade holandesa de Timor, instalando-as em posições bem próximo da fronteira terrestre entre as duas colónias, de modo a, em caso de ataque, acorrerem prontamente à metade portuguesa.

No mesmo dia em que chega a Camberra o importante telegrama do governo de Londres, chega, também, a Díli uma primeira resposta ao telegrama de 27 de Dezembro, no qual o governador solicitava instruções sobre a atitude a tomar no caso de ataque dos Japoneses, dada a presença das tropas australianas e holandesas. Mas o telegrama então recebido apenas protela a resposta, alegando que o embaixador britânico se ausentara para Londres e que só após o seu regresso o governo estará habilitado a dar uma resposta.

Entretanto, logo a 10 de Janeiro, chega a Londres a resposta australiana, de concordância com a proposta que lhe fora apresentada, com a condição de ser melhorada a estrada que da fronteira segue para Díli. Informam, ainda, que estimam que, aquando da chegada das tropas portuguesas, a situação militar tenha melhorado bastante, graças aos reforços aéreos e navais norte-americanos, aumentando as capacidades aliadas de resposta a um ataque nipónico.

Ao abrigo de um despacho de 14 de Janeiro, o embaixador Campbell toma posse de diversa documentação que lhe servirá de base para, no seu regresso a Lisboa, apresentar ao Governo Português as ideias do Governo Britânico sobre a solução do problema de Timor, as quais são sintetizadas do seguinte modo:

Os três governos estão preparados para concordar com a retirada das tropas australianas e holandesas actualmente em Timor português logo que ali cheguem os reforços portugueses estimados em cerca de 800 homens, que eles têm conhecimento de que estão prestes a ser enviados. Os três governos estão prontos a concordar com um anúncio formal para este efeito, o qual pode ser usado publicamente sem classificação, mas apenas concordarão com esta solução se, antes do anúncio ser feito, forem recebidas garantias privadas e secretas de que as forças aliadas serão de novo chamadas ao território no caso de um ataque japonês e de que as conversações de estado-maior previstas antes do desembarque aliado serão imediatamente retomadas, com o objectivo de se acordarem os necessários acertos.³

Regressado a Lisboa, em 15 de Janeiro, Campbell é logo recebido por Teixeira de Sampaio, a quem entrega o texto completo da proposta britânica. No dia seguinte, Sampaio comunica a Campbell que o Governo Português concorda com a proposta e declara estar pronto a dar as três garantias pedidas.

A 18 de Janeiro, a aceitação portuguesa é comunicada, por telegrama, ao Governo Australiano e ao general Wavell. Este, poucos dias antes, declarara que «todos nós estamos profundamente preocupados com a perspectiva de retirada das tropas aliadas, dado que não confiamos que quaisquer tropas portuguesas resistam a uma agressão japonesa».⁴

Em 26 de Janeiro, o governador Ferreira de Carvalho recebe um telegrama do Ministro das Colónias, através do qual lhe é dado conhecimento do acordo estabelecido entre os governos da Grã-Bretanha, Holanda, Austrália e Portugal para a retirada das tropas aliadas, após a chegada dos reforços idos de Moçambique. É feita a recomendação para os trabalhos de melhoramento da estrada de Díli para a fronteira serem executados com a maior actividade e máxima urgência. Sobre os contactos de coordenação militar, o governador de Timor é informado de que será enviado um oficial de Portugal para o quartel-general britânico no

³ *Ibidem*, p. 102.

⁴ *Ibidem*, p. 104.

Extremo-Oriente, a fim de estudar a forma de retirada das tropas estrangeiras. O Ministro das Colónias confirma, ainda, que está para muito breve a partida de Moçambique do navio que fará o transporte das tropas portuguesas.

Entretanto, depois das acções fulminantes contra a Malásia, Filipinas, Bornéu britânico e Birmânia, ainda durante o mês de Dezembro de 1941, as forças japonesas prosseguem, em Janeiro de 1942, a sua vitoriosa campanha no Sudoeste Asiático. Em 26 de Janeiro, Kupang e o campo militar de Atambua, no Timor holandês, são alvo do primeiro ataque aéreo. Díli sofre, em 8 de Fevereiro, um ataque aéreo de pequena dimensão, o qual não causa qualquer ferido. Com a queda de Singapura, em 15 de Fevereiro, a possibilidade de uma grande ofensiva japonesa para sul passa a ser considerada uma certeza.

É já com este preocupante cenário para a causa dos Aliados que o contingente português, sob o comando do coronel de infantaria Victor Hugo Antunes, parte de Lourenço Marques, na noite de 26 de Janeiro de 1942, a bordo do navio de transporte *João Belo*, levando como escolta o aviso *Gonçalves Zarco*.⁵

De modo a prevenir qualquer incidente durante a viagem, é comunicado às autoridades aliadas que ambos os navios seguem inicialmente para norte, até alcançarem o paralelo 3º Sul, navegando posteriormente para leste, ao longo do referido paralelo, até ao meridiano 90º Este de Greenwich, ao largo das ilhas de Sonda, até Díli. Em 12 de Fevereiro, é comunicado para Londres, Tóquio e governo holandês que o *Gonçalves Zarco* aportará a Colombo, no dia 18, para reabastecimento de combustível, prosseguindo o *João Belo*, isolado, durante algum tempo.

Entretanto, nos primeiros dias de Fevereiro, intensificam-se os ataques da força aérea nipónica a objectivos na parte holandesa de Timor. Em 12 de Fevereiro, o Ministro das Colónias, em resposta a uma questão colocada pelo governador, dá-lhe instruções para, no caso de um ataque japonês ao território de Timor português, ainda antes da chegada dos reforços enviados de Moçambique, ordenar às tropas portuguesas presentes na colónia que colaborem com as forças aliadas na resistência a esse ataque. Ferreira de Carvalho não tarda a perceber que esta será a hipótese mais provável, na medida em que a atitude das tropas australianas indicia que não receberam qualquer ordem para retirar após a chegada dos reforços portugueses, ao contrário das tropas holandesas, as quais, efectivamente, estão instruídas nesse sentido.

Nota-se que a questão do cumprimento do compromisso assumido não é um dado plenamente adquirido, sobretudo tendo em conta o parecer do general Wavell acerca da reduzida probabilidade das tropas portuguesas resistirem a um ataque japonês. É na base deste parecer que, em 19 de Fevereiro, o primeiro-ministro Winston Churchill remete ao Secretário do *Foreign Office*, Anthony Eden, a seguinte mensagem:

A respeito de Timor, devemos dizer ao Governo Português que estamos a proteger Timor até à chegada dos seus reforços. No entanto, quando chegarem, não devemos sair. Devemos deixar as nossas tropas, as tropas holandesas e as tropas deles [Portugueses] no local. É óbvio que os Portugueses não têm capacidade para proteger a sua neutralidade e Timor é um ponto-chave. O general Wavell deve ser autorizado a tomar todas as medidas militares para garantir a segurança de Timor, sem olhar aos efeitos que tal possa causar ao orgulho português. Não há necessidade de levantar já a questão junto do Governo Português, e, ainda temos algumas semanas (quantas?) antes da chegada das tropas portuguesas.⁶

⁵ AHM, 2.ª Div. - 9.ª Sec. - Cx. 1 - N.º 3., Terceira Parte, p. 32.

⁶ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, pp. 105-106.

A recomendação do primeiro-ministro vem pôr em causa a credibilidade da diplomacia britânica. É isso mesmo que Eden sente, reagindo prontamente, de forma bastante enfática:

Sr. Primeiro-Ministro: também estou ciente da mensagem do general Wavell. Este assunto desenvolveu-se enquanto eu estava ausente, mas sei que os Chefes de Estado-Maior foram sendo sucessivamente consultados. A sua conclusão foi que a importância da retenção das tropas aliadas no Timor português não justificaria, do ponto de vista da guerra como um todo, o risco de uma ruptura com Portugal. Chegaram a esta conclusão presumivelmente depois de terem completamente em conta os pontos de vista das autoridades militares locais – neste caso os Chefes de Estado-Maior australianos.

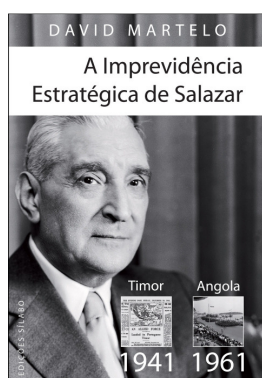
Estou disponível para, a todo o tempo, jogar a cartada diplomática de acordo com as necessidades militares para a conduta da guerra. Mas no ponto em que as coisas estão, quando nos comprometemos fortemente com o Governo Português, sou obrigado a dizer que seria perigoso fazer marcha atrás na nossa política.

Por último, embora seja assunto fora do meu galho, devo sublinhar que os 380⁷ australianos e holandeses presentes na metade portuguesa de Timor (um território montanhoso, aproximadamente do tamanho de Gales) dificilmente podem ser considerados suficientes para impedir os Japoneses de capturar todo o território, se decidirem (como podem) atacar em força.⁸

Mesmo “fora do seu galho”, Anthony Eden pressente, a milhares de quilómetros de distância, aquilo que, desde o início, devia ser considerado como uma evidência. E já faltavam poucas horas para se chegar, brutalmente, a essa conclusão. Não haverá tempo, sequer, para mais um golpe britânico no orgulho português, circunstância que, a ter-se dado, poderia ter alterado profundamente a atitude pró-Aliados do governo de Lisboa, inviabilizando, por exemplo, a cedência pacífica das bases no arquipélago dos Açores.

Entretanto, com as notícias da aproximação nipónica, começava a ser evidente que estava a chegar ao fim a ocupação australiano-holandesa, a qual violara a neutralidade portuguesa alegadamente para proteger a colónia. No entanto, a presença das tropas australianas e holandesas mais não faziam do que constituir um bom pretexto para um ataque japonês.

David Martelo – 2015



Leitura complementar

⁷ Mais um valor para os efectivos aliados presentes em Timor. Dados os números algo díspares que surgem em diversos documentos da época, não é possível determinar com rigor qual seria o efectivo das tropas entradas em Timor em 17 de Dezembro de 1941. Acreditamos que seja algo entre 350 e 800 militares, o que, em qualquer caso, não altera a avaliação de insuficiência manifestada por diversas entidades.

⁸ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 106.